

Sistema Único De Saúde (SUS) E As Políticas Públicas De Saúde No Brasil: Um Panorama Histórico

Francisco Alipio De Oliveira Santiago
Universidade Federal Maranhão

Nister Furtado Ferreira
Sociedade Brasileira De Epidemiologia

Flávio Gomes Figueira Camacho
Sociedade Brasileira De Epidemiologia

Gabriel De Albuquerque Pedrosa
Uninta

Sabrina Maria Carreiro Almeida
Universidade Federal Do Ceará

Meiriany Arruda Lima
Universidade De Brasília

Karine Lima De Sousa
Meac (Maternidade Escola Assis Chateaubriand - Ebserh)

Eva Rafaela Pinto Lima
Universidade Da Amazônia - Unama

Leonardo Francisco Ribeiro
Puc/Sp

Hamilton Freire De Moura Filho
Universidade Santa Cecília-Unisanta

Luiz Fernando De Oliveira
Universidade Federal De Goiás

Felipe Pretel Antunes Vieira
Universidade De São Paulo (Usp)

Avelar Alves Da Silva
Universidade Federal Do Piauí

Francisco Roldineli Varela Marques
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, destacando os avanços e desafios ao longo dos anos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica nas

bases de dados PubMed, SciELO e Web of Science. O levantamento envolveu a utilização de palavras-chave relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e políticas públicas de saúde no Brasil, além de descritores booleanos "AND" e "OR" para refinar os resultados e garantir uma cobertura dos temas abordados. Os resultados indicam que o SUS, fundado sobre os princípios de universalidade, integralidade e equidade, teve avanços significativos desde a sua implementação, especialmente no acesso da população aos serviços básicos de saúde. A análise histórica evidencia as diferentes fases do SUS, desde a luta pela sua criação até os desafios contemporâneos, que incluem o subfinanciamento, a fragmentação dos serviços e as desigualdades regionais. Observou-se também o impacto das políticas públicas na estruturação e consolidação do SUS, especialmente em relação ao controle social e à ampliação da rede de atenção básica. O estudo conclui que, apesar dos desafios financeiros e estruturais, o SUS representa um dos maiores avanços sociais no Brasil, promovendo a inclusão e o atendimento à saúde como direito de todos. As políticas públicas de saúde, embora enfrentem dificuldades para uma implementação plena, têm fortalecido o SUS ao longo das décadas, tornando-o uma referência de sistema universal e um modelo de inclusão para outros países.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde (SUS); Políticas Públicas; Saúde.

Date of Submission: 28-10-2024

Date of Acceptance: 08-11-2024

I. Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa um dos marcos mais significativos da política de saúde pública no Brasil, estabelecendo um modelo de atenção à saúde que busca garantir o acesso universal e igualitário a todos os cidadãos. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS surgiu em um contexto de luta por direitos sociais e justiça, em resposta a um histórico de desigualdades e exclusões no acesso à saúde. A trajetória do SUS é, portanto, indissociável da história política e social do país, refletindo a necessidade de transformar um sistema até então marcado pela privatização e pela fragmentação dos serviços de saúde (Medeiros et al., 2024).

Historicamente, a saúde no Brasil foi marcada por um modelo que privilegiava a assistência médica privada e o financiamento público limitado a grupos específicos. Durante o período colonial e imperial, a saúde era vista como uma responsabilidade dos indivíduos ou da caridade, sem uma ação governamental efetiva. Com a industrialização e urbanização do século XX, as condições de vida nas cidades se deterioraram, evidenciando a urgência de políticas públicas que pudessem atender às demandas de saúde da população. Nesse contexto, surgiram movimentos sociais que questionavam a falta de acesso e a qualidade dos serviços de saúde (Mello et al., 2017).

Na década de 1970, o Brasil viveu um período de ditadura militar que restringiu as liberdades civis e políticas, mas também impulsionou a mobilização social em busca de melhores condições de vida. O Movimento da Reforma Sanitária, que ganhou força nesse período, defendia a necessidade de uma saúde pública universal e acessível. Esse movimento se tornou um elemento central na construção do SUS, promovendo a ideia de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, fundamento que permanece vigente até os dias atuais (Menezes et al., 2019).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o SUS foi formalmente instituído, reconhecendo a saúde como um direito social. O sistema foi estruturado com base em princípios como a universalidade, integralidade e equidade, buscando atender a todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou econômica. Além disso, a Constituição garantiu a descentralização das ações de saúde, permitindo que estados e municípios desempenhassem papéis ativos na gestão dos serviços de saúde, adequando-os às necessidades locais. Entretanto, a implementação do SUS não foi isenta de desafios (Paim, 2018).

Ao longo das últimas três décadas, o sistema enfrentou questões como a falta de financiamento adequado, a precarização do trabalho em saúde e as desigualdades regionais. Embora tenha alcançado avanços significativos na cobertura de serviços, como a vacinação e o controle de epidemias, a disparidade no acesso e na qualidade dos serviços ainda persiste, evidenciando a necessidade de reformas e investimentos contínuos (Silva, 2020).

Nos anos 2000, o SUS começou a incorporar novas políticas públicas que visavam melhorar a qualidade do atendimento e expandir o acesso. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um exemplo emblemático, promovendo a atenção primária e a saúde comunitária. Essa abordagem busca não apenas tratar doenças, mas também prevenir e promover a saúde, integrando as ações de saúde em um modelo mais holístico e participativo (Tetemann; Trugilho; Sogame, 2016).

Recentemente, a pandemia de COVID-19 colocou à prova a resiliência do SUS e revelou tanto suas virtudes quanto suas fragilidades. A mobilização das equipes de saúde, a criação de protocolos e a busca por vacinas demonstraram a capacidade do sistema de se adaptar a situações de emergência. Contudo, também expuseram a carência de recursos e a necessidade de uma maior valorização dos profissionais de saúde, que enfrentaram jornadas extenuantes e riscos elevados para atender à população (Cardoso et al., 2021).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar o panorama histórico do Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas públicas de saúde no Brasil. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de compreender a trajetória e as transformações do SUS como um dos pilares fundamentais da saúde pública no país. O SUS, instituído pela Constituição de 1988, representa não apenas um marco legal, mas uma conquista social que reflete a luta por direitos de saúde e pela promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde.

II. Materiais E Métodos

Para desenvolver esta análise, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que consiste em um levantamento e análise de informações disponíveis em publicações acadêmicas, livros, artigos e documentos relevantes sobre o tema em questão. A escolha por este tipo de pesquisa se deu pela necessidade de reunir uma base sólida de conhecimento pré-existente, que possibilitasse uma compreensão mais ampla e fundamentada das políticas públicas de saúde e da evolução do SUS ao longo do tempo. A pesquisa bibliográfica é uma abordagem eficaz para construir um referencial teórico consistente e para identificar lacunas na literatura, que podem ser exploradas em investigações futuras.

O levantamento de dados foi realizado em plataformas acadêmicas reconhecidas, como SciELO, Scopus e Google Acadêmico, além de repositórios brasileiros que abrigam uma vasta gama de publicações na área da saúde. Essas plataformas foram selecionadas pela sua credibilidade e pela qualidade das publicações que abrigam, garantindo que a pesquisa estivesse embasada em fontes confiáveis e rigorosas. A escolha dessas fontes é crucial, pois permite acessar não apenas estudos relevantes, mas também informações atualizadas que refletem as mudanças e as inovações nas políticas de saúde.

Além da busca em plataformas acadêmicas, foram realizadas leituras flutuantes, uma técnica que envolve a leitura de diversos textos em um formato não linear, permitindo uma assimilação mais ampla e crítica das informações. Essa abordagem possibilitou a identificação de temas recorrentes, controvérsias e áreas que requerem mais investigação, enriquecendo a análise do SUS e das políticas públicas de saúde. As leituras flutuantes foram complementadas por anotações e resumos, que facilitaram a organização das ideias e a construção de um arcabouço teórico para a pesquisa.

As análises foram conduzidas com base em um método qualitativo, que se concentra na interpretação das informações e na busca por significados mais profundos nos dados coletados. Essa abordagem permitiu uma reflexão crítica sobre os materiais lidos, favorecendo a identificação de tendências, desafios e avanços nas políticas públicas de saúde. A análise crítica também considerou o contexto histórico, social e político que envolve a saúde no Brasil, fornecendo uma visão mais rica e contextualizada das questões abordadas.

As informações obtidas nas fontes consultadas foram agrupadas e organizadas em categorias temáticas, facilitando a comparação e a discussão dos principais achados. Essa organização possibilitou identificar não apenas a evolução do SUS ao longo do tempo, mas também os impactos das políticas públicas na saúde da população. A análise levou em conta a diversidade de experiências e realidades presentes no Brasil, destacando as particularidades regionais e as disparidades no acesso aos serviços de saúde. A pesquisa também incluiu uma revisão das legislações e normas que regulamentam o SUS e as políticas de saúde, permitindo compreender como essas diretrizes moldaram a estrutura e a função do sistema de saúde ao longo dos anos.

III. Resultados E Discussões

Políticas públicas de saúde

As políticas públicas de saúde no Brasil são essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país, refletindo o compromisso do Estado em garantir o acesso equitativo e de qualidade aos serviços de saúde. Ao longo das últimas décadas, essas políticas passaram por significativas transformações, alinhando-se a novas demandas sociais e necessidades emergentes da população. O foco nas políticas públicas tem sido ampliar a cobertura de saúde, priorizando a prevenção, a promoção da saúde e a reabilitação, sempre em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (Medeiros et al., 2024).

Um dos principais objetivos das políticas públicas de saúde é reduzir as desigualdades sociais que ainda persistem no acesso aos serviços de saúde. As diferenças regionais e socioeconômicas impactam diretamente a qualidade e a disponibilidade de serviços, levando a disparidades significativas no estado de saúde da população. As políticas têm buscado articular ações que reconheçam essas desigualdades e proponham soluções que considerem as especificidades de cada região e grupo social, visando a equidade no acesso e na qualidade do atendimento (Menezes et al., 2019).

A atenção primária à saúde, que inclui ações de promoção e prevenção, tem ganhado destaque nas políticas públicas, com ênfase em estratégias como a Estratégia de Saúde da Família (ESF). Essa abordagem busca transformar a assistência à saúde em um processo mais próximo e humanizado, priorizando o atendimento à saúde da comunidade e promovendo a integração entre os serviços de saúde. O fortalecimento da atenção primária é fundamental para desonerar os hospitais e melhorar a resolutividade do sistema (Paim, 2018).

Além disso, as políticas públicas têm procurado abordar de forma integral as diferentes dimensões da saúde. A saúde mental, a saúde da mulher, a saúde infantil e a saúde dos idosos são áreas que têm recebido atenção específica, por meio de programas voltados para a prevenção, tratamento e reabilitação. A intersectorialidade, que envolve a colaboração entre diferentes setores, como educação, assistência social e segurança, é uma estratégia adotada para abordar de forma ampla as necessidades de saúde da população (Cardoso et al., 2021).

Um aspecto das políticas públicas de saúde é o financiamento adequado do sistema. O subfinanciamento do SUS tem sido um dos maiores desafios enfrentados nas últimas décadas, impactando a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços. A luta por um financiamento justo e sustentável é fundamental para assegurar que as políticas sejam efetivas e possam atender às demandas da população, especialmente em tempos de crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19 (Cardoso et al., 2021).

A participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas de saúde também é um elemento essencial. Os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde são espaços democráticos que permitem a participação da população na discussão e no planejamento das ações de saúde. Essa participação é fundamental para garantir que as políticas sejam construídas de forma colaborativa e que reflitam as reais necessidades da população (Silva, 2020).

As políticas de saúde também têm buscado alinhar-se a compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, é um exemplo de como as políticas públicas de saúde brasileiras podem se articular com uma agenda global, promovendo a integração de esforços para enfrentar os desafios da saúde pública (Medeiros et al., 2024).

Nos últimos anos, a promoção da saúde e a prevenção de doenças têm sido abordadas de forma mais intensa, com campanhas de vacinação e programas de saúde pública que visam conscientizar a população sobre hábitos saudáveis e prevenção de doenças. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), por exemplo, tem se mostrado eficaz na redução de doenças infecciosas, sendo um modelo de sucesso que merece destaque nas políticas de saúde (Mello et al., 2017).

A saúde bucal também tem recebido atenção nas políticas públicas, com a implementação de ações que buscam promover a saúde oral e facilitar o acesso à odontologia, especialmente em áreas carentes. O Programa Brasil Sorridente é um exemplo de iniciativa que busca integrar a saúde bucal à saúde geral, promovendo um olhar mais abrangente sobre a saúde da população. Outro aspecto importante a ser considerado nas políticas públicas de saúde é a formação e valorização dos profissionais de saúde. O investimento na capacitação e na valorização desses profissionais é fundamental para garantir a qualidade do atendimento e a humanização dos serviços (Santos; Campos, 2015).

A formação contínua, a valorização da carreira e a criação de condições adequadas de trabalho são essenciais para a retenção e motivação desses profissionais. Finalmente, as políticas públicas de saúde devem ser flexíveis e adaptáveis às mudanças sociais e sanitárias (Peduzzi, 2016).

A pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de um sistema de saúde que seja capaz de responder rapidamente a emergências e crises. As lições aprendidas durante a pandemia devem servir como base para aprimorar as políticas públicas de saúde, fortalecendo a capacidade de resposta do sistema e garantindo a continuidade da atenção à saúde da população (Cardoso et al., 2021).

Sistema Único de Saúde (SUS): uma perspectiva histórica

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco histórico na saúde pública brasileira, criado a partir da Constituição de 1988. Sua fundação é resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas que buscavam garantir o direito à saúde como um direito fundamental do cidadão. Antes da implementação do SUS, a saúde no Brasil era predominantemente assistencialista e privatizada, refletindo desigualdades profundas que limitavam o acesso aos serviços de saúde, especialmente entre as populações mais vulneráveis (Peduzzi, 2016).

A construção do SUS foi impulsionada pelo Movimento da Reforma Sanitária, que emergiu na década de 1970 e se consolidou nas décadas seguintes. Esse movimento defendia a transformação do sistema de saúde, promovendo a ideia de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. As conferências de saúde e as mobilizações sociais foram fundamentais para a elaboração das diretrizes que fundamentariam o SUS, incluindo os princípios de universalidade, integralidade e equidade (Cardoso et al., 2021).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o SUS foi formalmente instituído, estabelecendo um novo paradigma para a saúde no Brasil. A universalidade do acesso foi um dos princípios centrais, significando que todos os cidadãos têm direito a serviços de saúde, independentemente de sua situação socioeconômica. A integralidade diz respeito à oferta de serviços de saúde que atendam às diversas necessidades da população, enquanto a equidade busca garantir que aqueles com maiores necessidades tenham acesso prioritário aos serviços (Medeiros et al., 2024).

A descentralização da gestão em saúde foi outra característica fundamental do SUS. Com a criação de um sistema de gestão tripartite, que envolve União, Estados e Municípios, o SUS permitiu que as decisões sobre a saúde fossem tomadas mais próximo da população, possibilitando uma maior adequação às realidades locais.

Essa descentralização é essencial para atender às demandas específicas de cada região e promover uma saúde mais integrada e acessível (Peduzzi, 2016).

Nos anos 1990, o SUS enfrentou desafios significativos, incluindo a necessidade de consolidação de sua estrutura e a implementação efetiva de suas políticas. O subfinanciamento, a falta de infraestrutura e a escassez de profissionais qualificados foram alguns dos obstáculos enfrentados nesse período. A luta por um financiamento mais justo e adequado se tornou uma prioridade para garantir a sustentabilidade do sistema e a qualidade dos serviços prestados (Menezes et al., 2019).

A década de 2000 foi marcada por importantes avanços no SUS, incluindo a criação de programas que buscavam melhorar a saúde da população, como o Programa de Saúde da Família (PSF). Esse programa, que é uma das principais estratégias do SUS, visa a promoção da saúde e a prevenção de doenças, com foco na atenção primária e no cuidado integral. A ESF, um componente do PSF, tem sido fundamental na construção de uma rede de saúde mais próxima da comunidade (Medeiros et al., 2024).

A política de vacinação no Brasil também se destacou durante a história do SUS, com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) se tornando um modelo reconhecido mundialmente. O PNI tem garantido altas taxas de cobertura vacinal, contribuindo para o controle de doenças infecciosas e melhorando a saúde da população. A mobilização da sociedade e a conscientização sobre a importância da vacinação têm sido fundamentais para o sucesso desse programa (Paim, 2018).

A partir de 2010, a saúde mental passou a ser uma área prioritária nas políticas do SUS, com a implementação da Política Nacional de Saúde Mental. Essa política busca garantir a atenção integral à saúde mental, promovendo a desinstitucionalização e o cuidado em liberdade. A construção de uma rede de atenção psicossocial é um passo importante para enfrentar o estigma e garantir o acesso a cuidados adequados para pessoas com transtornos mentais (Mello et al., 2017).

A pandemia de COVID-19, que teve início em 2020, representou um grande desafio para o SUS e testou sua capacidade de resposta em uma emergência sanitária global. O sistema demonstrou resiliência ao mobilizar recursos, criar protocolos de atendimento e implementar campanhas de vacinação em massa. No entanto, a pandemia também evidenciou fragilidades, como a necessidade de mais investimentos em saúde pública e a valorização dos profissionais de saúde (Cardoso et al., 2021).

Com a experiência da pandemia, o SUS se encontra em um momento de reflexão e reestruturação. As lições aprendidas devem ser utilizadas para fortalecer a capacidade de resposta do sistema a futuras crises e garantir a continuidade do cuidado à saúde da população (Cardoso et al., 2021).

A busca por um SUS mais robusto e eficiente deve incluir o fortalecimento do financiamento, a valorização dos profissionais e a promoção de uma gestão mais integrada e participativa. A história do SUS é um testemunho das lutas sociais por direitos e da construção de um sistema de saúde que busca atender a todas as camadas da população. Apesar dos desafios, o SUS permanece como um dos maiores legados da Constituição de 1988, simbolizando a conquista do direito à saúde no Brasil (Cardoso et al., 2021).

IV. Conclusão

A análise do panorama histórico do Sistema Único de Saúde (SUS) e das políticas públicas de saúde no Brasil revela a complexidade e a importância desse tema para a sociedade brasileira. A pesquisa realizada, fundamentada em uma extensa revisão bibliográfica, permitiu compreender as transformações e os desafios enfrentados pelo SUS ao longo dos anos, desde sua criação até os dias atuais. A escolha pela pesquisa bibliográfica se mostrou adequada, uma vez que possibilitou o acesso a um vasto acervo de conhecimentos e experiências que refletem as diversas facetas da saúde pública no país.

Através das fontes consultadas, foi possível identificar os principais marcos que delinearam a trajetória do SUS e das políticas de saúde, além das práticas que se mostraram efetivas na promoção da saúde e no enfrentamento das desigualdades. As leituras flutuantes e a análise qualitativa dos dados coletados permitiram não apenas uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados, mas também uma reflexão crítica sobre as soluções adotadas e a relevância da participação social na construção das políticas de saúde.

O SUS, instituído pela Constituição de 1988, não é apenas um modelo de saúde, mas um reflexo da luta histórica por direitos e por uma sociedade mais justa e equitativa. Os princípios de universalidade, integralidade e equidade, fundamentais para a concepção do SUS, foram evidenciados na pesquisa como fatores essenciais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde. Entretanto, os dados também revelaram que, apesar dos avanços, persistem desafios significativos, como o subfinanciamento e as disparidades regionais, que precisam ser enfrentados para que o SUS cumpra plenamente sua missão.

As políticas públicas de saúde têm buscado responder a essas questões por meio de ações que priorizam a atenção primária, a intersetorialidade e a inclusão de grupos vulneráveis. A análise revelou que iniciativas como a Estratégia de Saúde da Família e o Programa Nacional de Imunizações são exemplos de políticas que, quando bem implementadas, podem transformar a realidade da saúde no Brasil. Essas políticas não apenas visam a promoção da saúde, mas também a construção de um sistema mais justo e acessível.

Ademais, a participação da sociedade civil foi destacada como um elemento crucial para a eficácia das políticas de saúde. Os Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde constituem espaços de diálogo e controle social que fortalecem a democracia e garantem que as políticas atendam às necessidades reais da população. Essa relação entre Estado e sociedade é fundamental para a construção de um SUS mais responsivo e comprometido com a equidade.

A pesquisa também ressaltou a importância de alinhar as políticas de saúde às diretrizes globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isso não apenas amplia a perspectiva das ações de saúde, mas também propõe uma integração de esforços que potencializa o impacto das políticas públicas em saúde. O compromisso com a saúde pública deve ser abrangente, considerando a interdependência entre saúde, educação e assistência social.

A pandemia de COVID-19 evidenciou as vulnerabilidades do SUS, mas também sua capacidade de resposta e adaptação em momentos de crise. A mobilização para a vacinação em massa e a criação de protocolos de atendimento foram ações que demonstraram a resiliência do sistema. Contudo, as lições aprendidas durante essa emergência sanitária devem ser aproveitadas para promover uma reflexão crítica sobre a necessidade de investimentos contínuos e de valorização dos profissionais de saúde.

Em suma, a pesquisa sobre o SUS e as políticas públicas de saúde no Brasil não apenas reafirma a importância do sistema como um direito social fundamental, mas também aponta para a necessidade de um fortalecimento contínuo das políticas que sustentam essa estrutura. O compromisso com a universalidade e a equidade deve ser renovado, garantindo que o SUS possa enfrentar os desafios futuros e se adaptar às novas realidades sociais e sanitárias.

Por fim, a análise histórica e crítica do SUS e das políticas públicas de saúde apresenta um panorama que serve como base para futuras investigações e propostas. É imperativo que a sociedade, os gestores e os profissionais de saúde se unam na defesa do SUS, promovendo um sistema que não apenas atenda às necessidades de saúde da população, mas que também reflita o compromisso com a dignidade humana e a justiça social. A continuidade dessa luta é essencial para garantir que o direito à saúde seja efetivado e que o SUS permaneça como um legado valioso da Constituição de 1988, em busca de uma saúde mais justa e equitativa para todos.

Referências

- [1] Cardoso, D. S. A. Et Al. O Direito À Saúde, A Universalidade E A Proteção Dos Trabalhadores: Desafios Do Sus Na Pandemia. *Rev Humanid Inov*, 2021.
- [2] Medeiros, T. M. Et Al. Desafios Da Universalidade No Sus: Avaliação Do Acesso E Qualidade Dos Serviços De Saúde No Brasil. *Cad Pedagog* [Internet], 2024.
- [3] Mello Ga, Et Al. O Processo De Regionalização Do Sus: Revisão Sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(4):1291-1310, 2017.
- [4] Menezes Apr, Et Al. O Futuro Do Sus: Impactos Das Reformas Neoliberais Na Saúde Pública – Austeridade Versus Universalidade. *Saúde Debate*, 2019.
- [5] Paim Js. Sistema Único De Saúde (Sus) Aos 30 Anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1723-1728, 2018.
- [6] Peduzzi M. O Sus É Interprofissional. *Interface - Comunicação Saúde Educação*, 20(56), 2016.
- [7] Santos L, Campos Gws. Sus Brasil: A Região De Saúde Como Caminho. *Saúde Soc. São Paulo*, 24(2):438-446, 2015.
- [8] Silva, L. S. Universalidade Do Acesso E Acessibilidade No Quotidiano Da Atenção Primária: Vivências De Usuários Do Sus. *R. Enferm. Cent. O. Min.* [Internet], 2020.
- [9] Tetemann, E. C.; Trugilho, S. M.; Sogame, L. C. M. Universalidade E Territorialização No Sus: Contradições E Tensões Inerentes. *Textos Contextos (Porto Alegre)* [Internet], 2016.